

Espírito-Santo, A., Rodrigues, J. E. & Espada, I. (2021). Candidatos a “pais” fundadores: as listas partidárias à Assembleia Constituinte. In Filipa Raimundo & João Cancela (Orgs), As eleições fundadoras da democracia portuguesa. (pp. 87- 106). Lisboa: Assembleia da República.

## Candidatos a “pais” fundadores: as listas partidárias à Assembleia Constituinte

Ana Espírito-Santo, João Espada Rodrigues e Isabel Espada<sup>1</sup>

### 1. Introdução

A 2 de Abril de 1976, a Constituição da República Portuguesa foi aprovada, consagrando os princípios do sufrágio universal, liberdade de expressão, igualdade perante a lei, primado da lei, entre outros. A 2 de Abril de 1974, Marcello Caetano era Presidente do Conselho, Américo Thomaz era Presidente da República, e as prisões de Caxias e Peniche enchiam-se de presos políticos. Em menos de dois anos, Portugal passou da mais longa ditadura da Europa Ocidental do século XX, para uma democracia pluralista e constitucional. Em menos de dois anos, os homens e mulheres que tinham sido presos por motivos político-ideológicos, viam-se a decidir a lei fundamental do país. Se os deputados à Constituinte escreveram a primeira Constituição Portuguesa que consagrou o Estado de Direito democrático, o país realizou as primeiras eleições nas quais todos os portugueses, homens e mulheres, com mais de 18 anos, independentemente do grau de escolaridade ou da condição socioeconómica e familiar, na posse dos seus direitos cívicos, puderam finalmente votar por sufrágio universal, direto e secreto. E votaram. Com uma participação eleitoral de 91,7%, mais de cinco milhões e setecentos mil eleitores acorreram às urnas<sup>2</sup>. De 25 de Abril de 1974 a 25 de Abril de 1975, Portugal passou de um “eleitorado virgem” (Pimlott, 1977, 36), para um eleitorado com uma participação superior a 90%.

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem aos organizadores do livro o convite e os comentários que fizeram a versões prévias deste capítulo. Agradecimentos são também devidos aos participantes do Grupo de Investigação em Instituições e Atitudes Políticas (GIAP) do ISCTE-IUL onde este capítulo foi apresentado, em particular a Ana Maria Belchior. Os autores agradecem ainda a Filipa Raimundo a descoberta e disponibilização do livro Costa (1975), que forneceu o grosso dos dados usados neste capítulo.

<sup>2</sup> Resultados eleitorais, Comissão Nacional de Eleições. Disponível em: <http://eleicoes.cne.pt/raster/detalhe.cfm?eleicao=ar&dia=25&mes=04&ano=1975&codreg=0&local=0> (consultado a 3/9/2019).

Isto não significa que a política eleitoral fosse inteiramente nova em Portugal. Entre 1852 e 1910 foram disputadas 33 eleições parlamentares diretas e, mesmo durante o Estado Novo, embora fossem fraudulentas (Ferreira, 2006, 121), as eleições parlamentares realizaram-se regularmente de quatro em quatro anos a partir de 1933 e as eleições presidenciais de sete em sete (Tavares de Almeida, 2010, 1527). Uma muito limitada oposição democrática foi permitida pelo regime para se legitimar interna e externamente (Tavares de Almeida, 2010, 1528). Entre socialistas, comunistas, católicos progressistas, e outros, a oposição ao regime manteve-se viva, mesmo que intermitente, como “uma espécie de fantasma permanente a assombrar as conquistas e vitórias do regime” (Marques, 1972, 192).

No entanto, nada disto torna as eleições de 25 de Abril de 1975 menos fundadoras, ou inovadoras no contexto português. Pela primeira vez na história do país, todas as pessoas eram chamadas a decidir os destinos coletivos. Pela primeira vez na história do país mais antigo da Europa, os seus cidadãos eram chamados a escolher os seus representantes.

Este capítulo foca-se no grupo de homens e mulheres que, após quarenta e oito anos de ditadura, protagonizaram as nossas primeiras eleições livres – os candidatos às eleições para a Assembleia Constituinte. “A seleção de candidatos define criticamente o quê e quem um partido representa” (Dancygier, 2017, 22). Perceber quem eram os candidatos à Assembleia Constituinte fornece informação que, tendo em conta a carência de estudos de opinião e outros dados da época (mas veja-se Bacalhau, 1994), não se obtém de outra forma. Apesar de haver alguns estudos sobre os eleitos à Assembleia Constituinte (Freire, 1998; 2001; Matos, 2010; entre outros) pouco se sabe sobre os candidatos, com a exceção de um capítulo de Gaspar e Vitorino (1976), que se cinge às profissões, não incluindo outras características individuais dos candidatos, e de uma pequena referência às profissões e sexo dos candidatos no livro de Fonseca (1975).

Este capítulo procura reunir toda a informação disponível sobre os candidatos às eleições de 1975 no sentido de, por um lado, identificar os principais traços genéricos do seu perfil, comparando-os com o dos cabeças de lista e dos eleitos e, por outro lado, perceber diferenças no perfil de candidatos e dos eleitos entre os vários partidos. Características pessoais, tais como a profissão, a idade, o sexo e se foram candidatos opositoristas a deputados nas eleições para a Assembleia Nacional (AN) do Estado Novo entre 1945 e 1973 são analisadas, à luz do contexto

político da altura e dos ideais e historiais dos partidos. Mediante disponibilidade de dados, e sempre que apropriado, é feito o confronto com a população em geral (tendo por base os Censos de 1970), com os candidatos e eleitos de eleições democráticas subsequentes e com os deputados eleitos para a AN durante o Estado Novo.

Este capítulo utiliza uma base de dados original<sup>3</sup>, construída sobretudo a partir da informação biográfica sobre os candidatos contida no livro de Costa (1975).

## **2. Perfil de candidatos a deputados: expectativas teóricas**

Várias categorias de fatores podem afetar o recrutamento político de candidatos, nomeadamente, as características específicas do sistema político, do sistema eleitoral, do sistema legal e da estrutura de oportunidades; características dos partidos, sua organização e ideologia; bem como recursos dos candidatos, a importância dos decisores e a atitude dos “controladores de acesso (*gatekeepers*)” (Norris e Lovenduski, 1995, 183). A parte mais importante do recrutamento político é a seleção de candidatos propriamente dita que “tem implicações vastas e significativas para partidos políticos, militantes de partidos, líderes e governação democrática” (Hazan e Rahat, 2006, 110), pelo que é indiscutivelmente pertinente.

Tal como na maioria dos países europeus, o processo de seleção dos candidatos em Portugal não é regulado por lei, mas sim pelos estatutos dos respetivos partidos. Nem a Constituição, nem a Lei dos Partidos Políticos, nem a Lei Eleitoral para a Assembleia da República (AR) estabelecem regras formais sobre a seleção de candidatos parlamentares, limitando-se o texto constitucional e a lei eleitoral a estabelecer alguns critérios para a elegibilidade dos deputados à AR (Teixeira, 2009, 353, 356). Os candidatos à AR têm de concorrer em listas partidárias, o que confere o domínio do processo de seleção dos candidatos aos partidos. O sistema eleitoral proporcional de lista fechada contribui ainda mais para conferir poder aos partidos, já que deles, mais do que dos eleitores, depende o acesso dos candidatos à carreira parlamentar (Leston-Bandeira e Freire, 2003, 63).

Estudos recentes têm vindo a classificar o recrutamento político dos partidos portugueses mais relevantes das últimas décadas como sendo informal, no sentido em que é descrito de forma vaga, genérica e difusa, ou não é de todo incluído nos

---

<sup>3</sup> A base de dados foi construída com o apoio do Programa de Doutoramento em Ciência Política do ISCTE-IUL (Bolsas do 3º Ciclo). Os autores agradecem a colaboração de Luísa Bertulucci, David Silva Ferreira, Miguel Flores e Leonardo Leal na codificação das variáveis. A base de dados está disponível em: <http://www.anaespiritossanto.com/>.

estatutos dos partidos (Freire, 2001; Freire e Teixeira, 2011). Quanto à centralidade do processo de seleção, alguma investigação nesta área tem revelado que a seleção de candidatos em Portugal tende a ser um processo tendencialmente centralizado, com a exceção do PSD, onde a intervenção das estruturas distritais é significativa (Freire e Teixeira, 2011, 16).

A análise do processo de recrutamento oferece dificuldades acrescidas quando o processo de recrutamento ocorreu há várias décadas, sobre ele restando pouca documentação escrita. A metáfora “jardim secreto” da política, popularizada por Gallagher e Marsh (1988), aplica-se melhor do que nunca no caso da escolha dos candidatos à Assembleia Constituinte. Com efeito, nos estatutos partidários em vigor durante as eleições de 1975 que foi possível apurar<sup>4</sup> não se encontra qualquer referência ao recrutamento dos candidatos a deputados. Presume-se que as regras fossem na altura ainda mais informais e opacas do que atualmente. O facto de os partidos portugueses serem, então, organizações frágeis e pouco consolidadas (Jalali, 2004, 94), associado ao alto grau de autonomia das lideranças partidárias e ao grande nível de incerteza política típicos de democracias emergentes (Field e Siavelis, 2008) sugere que o processo de seleção de candidatos em 1975 fosse muito provavelmente “exclusivo”, no que se refere ao número de pessoas envolvidas no processo de seleção, tal como aconteceu em Espanha (Field e Siavelis, 2011). Foi também essa a conclusão de estudos posteriores feitos sobre o recrutamento político em Portugal (Freire e Leston Bandeira, 2003; Freire e Teixeira, 2011).

O início da democratização portuguesa ficou marcado por uma profunda rutura com o passado ao nível das instituições políticas (Raimundo, 2018, 25), que se caracterizou pela remoção, afastamento e punição – com retirada de direitos políticos, sociais e económicos – das elites autoritárias bem como a criminalização e dissolução dos partidos políticos a elas associadas (Pinto, 2010, 344). Do ponto de vista de quem era elegível, ou seja, dos critérios de inclusão e exclusão de candidatos para as eleições de 1975, a comissão eleitoral criada para preparar estas eleições aprovou - por maioria - uma lei que garantia a não elegibilidade e interdição de voto da elite política do Estado Novo nessas eleições (Raimundo, 2018, 27-28). António Costa Pinto refere-se a este processo português por oposição ao processo ocorrido em Espanha e no Brasil, nos quais as elites associadas aos regimes ditatoriais

---

<sup>4</sup> Do PS e PCP.

participaram no processo de transição democrático e continuaram, no novo regime, a manter grande parte do poder que detinham, nomeadamente através da integração em novos partidos de direita (2010, 344; ver também a este propósito os capítulos de Joana Morais e André Paris e Pedro Silveira neste volume).

É bastante consensual que as clivagens (classe social, religião, etc.) têm pouco poder explicativo do voto em Portugal (Freire, 1999; Jalali, 2004). A generalidade dos partidos portugueses surgiu no contexto revolucionário, com uma orientação *catch-all*, abrangente, não tendo procurado representar eleitorados específicos delimitados por clivagens; pelo contrário, estavam empenhados em obter o apoio (em massa) da sociedade para fins eleitorais (Jalali, 2004, 90-94). “No contexto de 1974-75, uma base de apoio ampla mas superficial era preferível a uma base de apoio profunda mas limitada e a coerência programática um luxo a que os partidos dificilmente se podiam dar” (Jalali, 2004, 94). Para além disso, os partidos tinham, à exceção do Partido Comunista Português (PCP), uma fraca implantação territorial e incertezas acerca do seu peso no seio do eleitorado (Lisi e Freire, 2015, 47)<sup>5</sup>. Estes factos têm duas possíveis implicações para o perfil dos candidatos. Primeiro, visto que a diferenciação ideológica entre os principais partidos era relativamente baixa no começo do regime democrático (Lisi, 2011, 68), não é expectável encontrar-se diferenças muito acentuadas entre os partidos quanto ao perfil dos seus candidatos. Há, no entanto, idiosincrasias de cada partido que parecem estar associadas a determinados resultados, pelo que serão ressaltadas durante a análise de dados. Segundo, é expectável que os partidos tenham optado por um perfil relativamente diversificado de candidatos por forma a manter o leque de potenciais eleitores o mais aberto possível. Para além desta razão mais estratégica, a inexperiência dos partidos, bem como a falta de tempo que tiveram para constituir as listas pode explicar, em parte, a apresentação de candidatos com um perfil discrepante ou pouco expectável por parte de alguns partidos.

Estudos recentes sobre o perfil dos candidatos em Portugal têm revelado diferenças significativas consoante a posição que estes ocupam nas listas partidárias, em particular dependendo de serem ou não cabeças de lista e de ocuparem ou não

---

<sup>5</sup> Foi realizada uma sondagem pré-eleitoral em 1974, que mostrava o PS tinha a maioria das intenções de voto nas eleições constituintes (21%), seguido pelo PPD (14%) e depois pelo PCP (6%). O CDS contava com apenas 1% das intenções de voto e a MDP/CDE com 2%. Havia uma quase maioria de respondentes (48%) que disse não saber em quem iria votar (Bacalhau, 1994, 161).

posições elegíveis. Uma análise das eleições legislativas de 1983, 1995, 2002, 2005 e 2009 demonstrou que, comparativamente com os restantes candidatos, os cabeças de lista apresentam um perfil predominantemente nacional (em vez de local), uma maior proporção de homens e uma média etária superior à dos restantes candidatos (49 vs 45 anos) (Sanchez e Espírito-Santo, 2016: 670). Da mesma forma, uma análise às eleições legislativas de 1991, 1995, 1999 e 2002 apontou que os candidatos colocados em lugares elegíveis<sup>6</sup> são tendencialmente homens, mais velhos, com um predomínio de profissões liberais (principalmente advogados e juristas), tendo a maioria formação universitária (70%) e pertencendo a uma classe social média-alta (47%) (Teixeira, 2009, 571-699). Uma maior elitização dos cabeças de lista e eleitos, comparativamente com os restantes candidatos, seria de prever também em 1975.

### **3. As Eleições Constituintes e a base de dados**

As eleições para a Assembleia Constituinte contaram com a participação de catorze partidos no total, doze dos quais concorreram em território nacional e dois - a Associação para a Defesa dos Interesses de Macau (ADIM) e o Centro Democrático de Macau (CDM) - candidataram-se apenas em Macau. Os doze partidos nacionais são: Partido Socialista (PS), Partido Popular Democrático (PPD), Partido Comunista Português (PCP), Partido do Centro Democrático Social (CDS), Movimento Democrático Português (MDP/CDE), Frente Socialista Popular (FSP), Movimento de Esquerda Socialista (MES), União Democrática Popular (UDP), Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas) (FEC-ML), Partido Popular Monárquico (PPM), Partido de Unidade Popular (PUP) e a Liga Comunista Internacionalista (LCI)<sup>7</sup>. Apenas alguns partidos concorreram em quase todos os distritos, nomeadamente o PCP, o PPD, o MDP/CDE, o CDS e o PS<sup>8</sup>. Em média, 7,72 partidos candidataram-se nos 25 círculos eleitorais existentes na altura. O Porto foi o único círculo eleitoral no qual todos os partidos nacionais se candidataram; Lisboa e Setúbal contaram com onze partidos; enquanto Braga, Castelo Branco, Faro e Leiria com dez. No território nacional, os círculos com menor número de partidos candidatos encontravam-se nas regiões autónomas: Funchal (seis partidos) e os três círculos dos Açores (entre quatro e seis partidos cada). Fora do território nacional a participação dos partidos foi

---

<sup>6</sup> As posições elegíveis são determinadas em função dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos nos diferentes círculos nas eleições imediatamente anterior.

<sup>7</sup> [http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/partidos\\_ac1975.pdf](http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/partidos_ac1975.pdf) (consultado a 9 de Dezembro de 2019).

<sup>8</sup> O CDS não apresentou candidatos na Horta e o PCP no círculo eleitoral Emigração.

também tendencialmente reduzida, embora com variações: Moçambique (onde apenas o PS se candidatou), Macau (ADIM e CDM, como referido antes) e Emigração (seis partidos). Em geral, há uma correlação positiva (0,6) entre a magnitude dos círculos e o número de partidos candidatos.

O PS, PPD, PCP, CDS, MDP/CDE, UDP e ADIM foram os partidos que conseguiram eleger deputados nestas eleições, as quais foram ganhas pelo PS (37,87%), seguido pelo PPD (26,39%).

### *Base de dados*

A base de dados utilizada no âmbito deste capítulo reúne os candidatos apresentados por todos os partidos em 22 dos 25 círculos eleitorais destas eleições. Macau, Moçambique e Emigração não constam do livro de Costa (1975)<sup>9</sup>, a partir do qual a informação biográfica sobre os candidatos foi recolhida, pelo que não puderam ser incluídos<sup>10</sup>. Tendo em conta a magnitude dos círculos eleitorais e o número de partidos que se candidatou por círculo, estima-se que no total tenha havido 2409 candidatos a estas eleições. A base de dados conta com 2398 nomes, o que corresponde a cerca de 99% do total de candidatos.

A qualidade da informação disponível na base de dados não é idêntica para todas as características pessoais analisadas neste capítulo. Enquanto relativamente ao sexo e à profissão, a informação está muito completa - estando apenas em falta para, respetivamente 0,1% e 1,2% dos candidatos incluídos na base -, no caso da idade os dados em falta são bastante mais relevantes. Com efeito, apenas temos informação sobre a data de nascimento de cerca de 39% dos candidatos incluídos na base, havendo partidos cuja idade dos candidatos está totalmente ausente (é o caso do PS, UDP e PPM) ou em falta para cerca de 85% dos candidatos (FSP e LCI). Quanto aos restantes partidos, temos informação relativa à idade para cerca de 60% dos candidatos. Estas observações ditam cautela na análise dos resultados obtidos para a idade.

À base de dados construída a partir do livro de Costa (1975) foi adicionada a informação sobre se cada um dos candidatos de 1975 tinha ou não integrado uma lista de oposição à União Nacional numa das oito eleições legislativas que entre 1945

---

<sup>9</sup> Também no caso de Fonseca (1975), os círculos de Macau, Moçambique e Emigração estão ausentes, pelo que não se puderam completar estes dados.

<sup>10</sup> Estes três círculos juntos elegiam três deputados, o que correspondia a 1,2% do total dos 250 deputados.

e 1973 tiveram lugar. Estes dados foram obtidos através do livro de Matos e Lemos (2009, 55-70). É importante clarificar que Matos e Lemos considerou como candidatos oposicionistas “todos os que, em representação de um determinado círculo, fossem incluídos, ou manifestassem a intenção de aceitar serem incluídos numa lista destinada a disputar aos candidatos da União Nacional, ou da sua sucessora Acção Nacional Popular, as eleições para a AN, incluindo os suplentes e os que tivessem sido rejeitados pelas autoridades administrativas” (2009, 41). As várias eleições presidenciais que durante o Estado Novo ocorreram e a respetiva mobilização de oposições que suscitaram não foram abrangidas neste capítulo por ausência de informação sistematizada.

Duas características pessoais adicionais foram exploradas mas não incluídas na versão final do capítulo. A primeira é a localidade em que os candidatos viviam à data das eleições. De acordo com a base de dados, a quase totalidade dos candidatos (cerca de 98%) vivia no distrito por onde se candidatou, o que levanta dois problemas. Por um lado, este valor poderá estar inflacionado visto que estudos mais recentes revelaram valores inferiores. Por exemplo, ao analisar a lista de candidatos dos principais partidos concorrentes às eleições legislativas entre 1991 e 2002, Teixeira (2009) encontrou 94% de candidatos que eram naturais do seu círculo de candidatura e/ou que nele residiam. Se a autora tivesse considerado apenas os residentes, o valor seria certamente mais baixo. Considerando todos os eleitos e uma fração considerável de candidatos não-eleitos pelos principais partidos/alianças concorrentes às eleições legislativas de 1983, 1995, 2002, 2005 e 2009, Espírito-Santo e Sanches identificaram 86% candidatos residentes no distrito por onde se candidatam (2018,120). Por outro lado, mesmo admitindo que 98% de candidatos residentes correspondia à realidade da altura, a ausência de variação nos dados não justifica a realização de qualquer tipo de análise.

A segunda característica pessoal é o número de apelidos de cada candidato que poderia ter funcionado como *proxy* para classe social (Monteiro, 2008), se os nomes dos candidatos na base estivessem completos, o que não era o caso.

#### **4. Quem são os candidatos à Constituinte?**

##### **4.1 A presença de trabalhadores entre os candidatos**



A 2 de Junho de 1975, no discurso proferido na sessão inaugural da Assembleia Constituinte o chefe de Estado, Costa Gomes, referia-se nos seguintes termos aos trabalhos da Constituinte que então se iniciavam: "É tarefa de génios gizar uma Constituição revolucionária, tão avançada que não seja ultrapassada, tão adequada que não seja flanqueada, tão inspirada que seja redentora, tão justa que seja digna dos trabalhadores de Portugal"<sup>11</sup>. Alcançar a justiça para os trabalhadores portugueses surge assim como um dos principais propósitos da futura Constituição. No âmbito deste capítulo importa saber se os trabalhadores, invocados como objeto e inspiração da nova Constituição, foram escolhidos pelos partidos políticos - enquanto candidatos nas respetivas listas - como sujeitos ativos e agentes motores desse desígnio proclamado.

Por uma questão de simplificação da análise, as profissões foram divididas segundo o nível de estudos requerido para lhes aceder. Por conseguinte, os trabalhadores da indústria, agricultura e comércio, bem como as domésticas foram classificadas como *nenhum*; os técnicos intermédios e empregados administrativos como *intermédio*; os engenheiros, arquitetos, médicos, enfermeiros, veterinários, docentes, economistas, advogados, juristas e detentores de cargos superiores indiscriminados como *superior*. Finalmente, foi criada a categoria *outros* que inclui dirigentes de empresas, dirigentes da função pública, dirigentes partidários, autores, jornalistas, músicos, oficiais das Forças Armadas, estudantes e funcionários públicos indiscriminados – ver Tabela 1.

(Tabela 1)

Em termos globais, o grupo mais representado entre os candidatos é o dos trabalhadores sem necessidade de formação, que representa 31,9% do total. Apesar de maioritário, este grupo aparece bastante sub-representado em relação aos Censos de 1970<sup>12</sup> – 62,3% na população em geral. Por oposição, o grupo das profissões que requerem formação superior aparece sobre-representado (29,5%) em relação aos

---

<sup>11</sup> Fonte: <http://app.parlamento.pt/comunicar/Artigo.aspx?ID=435> (consultado a 27/10/2019).

<sup>12</sup> Os dados dos Censos de 1970 relativos às profissões foram recodificados de forma análoga à efetuada na base de dados. Assim, Produtor Agrícola Isolado, Outro Trabalhador Agrícola, Isolado Não Agrícola, Contramestre, Operário Qualificado e Operário sem qualificações foram classificados como *nenhum*; Pessoal Administrativo e Comercial, Chefe de grupo nos serviços e Pessoal Especializado Serviços como *intermédio*; Profissionais Liberais, Quadro Superior da Administração Pública e Técnico Superior como *superior*; outras categorias foram agrupadas na categoria *outro*.

Censos (17,4%). A elitização das listas de candidatos em relação à população em geral acentua-se consideravelmente nos cabeças de lista. Entre estes, a percentagem de candidatos com profissões sem necessidade de qualquer formação desce para 21,4% (vs 31,9% na globalidade dos candidatos). Em oposição, a percentagem de candidatos com profissões com necessidade de formação passa para 54,4% (vs 29,5%, quase o dobro). Entre os eleitos, diminui ainda mais a percentagem dos que têm profissões que não exigem qualquer formação (para 15,2%), passando a ser 56,7% os que detêm profissões com necessidade de estudos superiores.

O nível de educação é, provavelmente, a maior transformação sócio-demográfica que os candidatos à AR têm sofrido desde a transição democrática. Por exemplo, para as eleições legislativas de 2002, eram cerca de 60% (o dobro do valor de 1975) os candidatos com um curso superior completo (Teixeira, 2009, 695). Para além disso, a presença de trabalhadores industriais e agrícolas entre os candidatos é, pelo menos desde 1991, residual o que revela o declínio deste sector de atividade mas também o fraco apelo eleitoral dos partidos em relação ao mesmo (Teixeira, 2009, 621). Relativamente ao nível educacional dos cidadãos, o Parlamento português é um dos mais elitistas entre as democracias ocidentais (Leston-Bandeira e Freire, 2003, 68).

Ainda mais elitista era a AN durante o Estado Novo, onde a percentagem média de deputados civis ou militares com formação superior era de 90,4% (Castilho, 2007, 328). Este resultado não é de todo surpreendente tendo em conta que o parlamento durante o Estado Novo não admitia partidos da oposição, sendo totalmente composto por membros da União Nacional ou da sua sucessora, Ação Nacional Popular, que constituíam uma elite autoritária.

### *Análise dos partidos*

A análise dos partidos revela que há uma tendência para os partidos de esquerda terem uma maior percentagem de candidatos à Constituinte - bem como eleitos - com profissões sem necessidade de formação e uma menor percentagem de candidatos com profissões que exigem formação superior.

O partido com maior percentagem de candidatos com profissões sem qualquer necessidade de formação é a UDP, com 58,5% - um resultado coincidente com a sua história de organização de comissões de trabalhadores e moradores, e ideologia maoísta (Pimlott, 1977; Mateus e Ramalho, 2013). De seguida, encontramos o PUP

e a FEC-ML, marxistas-leninistas (respetivamente 54,6% e 53,1%). No caso do PCP, embora a maior percentagem (41,7%) seja a do grupo com profissões sem qualquer necessidade de formação, este grupo não é maioritário, e é “apenas” o dobro do grupo com profissões com necessidade de formação superior (21,9%). Num partido de massas como o PCP, fiel aos seus princípios comunistas, defensor assumido<sup>13</sup> (e em exclusivo) dos interesses do proletariado (Jalali, 2007), com enorme penetração nos setores sindicais e uma grande influência junto da Intersindical (Matos, 2010), esperaríamos possivelmente uma maior presença de trabalhadores entre os candidatos. Contudo, quando são considerados os eleitos, o PCP revela mais claramente o seu perfil, pois entre estes somente 11,4% têm profissões que requerem estudos superiores.

Ainda à esquerda, a relativa baixa percentagem de candidatos com profissões sem necessidade de qualquer formação do MDP/CDE (17,7%) e a elevada percentagem de eleitos com formação superior (77,8%) é algo surpreendente, tendo em conta que este se tinha tornado na essência um partido comunista (Pimlott, 1977; Mateus e Ramalho, 2013) e, na prática, um “apêndice do PCP” (Telo, 2007, 60). Todavia, olhando para a sua história, podemos possivelmente encontrar a explicação destas proporções – de facto, na sua origem em 1969, para as primeiras eleições legislativas do período de Marcello Caetano, o MDP/CDE era uma aliança entre comunistas, socialistas, e católicos-progressistas. Esta heterogeneidade inicial pode ter mantido uma maior capacidade, ou desejo, de integrar nas suas fileiras indivíduos de extratos sociais mais elevados.

Entre os partidos mais à direita, verifica-se alguma elitização. É esse o caso do partido monárquico (PPM) e, sobretudo, do PPD. Este último, apesar de, durante a primeira década da democracia portuguesa, ter adotado posições ambíguas no que diz respeito às questões económicas e sociais (Lisi, 2011, 49), contava com militantes maioritariamente oriundos de grupos católicos progressistas e social-liberais (Mateus e Ramalho, 2013).

A grande surpresa à direita é o CDS, já que 41,9% dos seus candidatos têm profissões que não exigem muita escolarização. É certo que, numa primeira fase, o CDS, apesar do seu ideário político anti-comunista e anti-socialista, conservador e ligado à moral cristã, adotou uma orientação moderada, procurando impor-se como o

---

<sup>13</sup> Veja-se por exemplo o discurso de Álvaro Cunhal, no debate contra Mário Soares a 6 de Novembro de 1975.

verdadeiro partido do centro (Lisi, 2011; 51). Mas a explicação para estes resultados reside muito provavelmente no revés que este partido sofreu durante o processo de constituição das listas. Na verdade, embora o CDS tenha concorrido sozinho às eleições de 1975, o plano inicial não era esse. O CDS propôs e concretizou uma coligação pré-eleitoral com o Partido da Democracia Cristã (PDC), em parte para minimizar a ameaça eleitoral que esse partido constituía (Paris et al, 2019, 24). Contudo, o envolvimento do líder do PDC, Sanches Osório, nos acontecimentos do 11 de Março de 1975 e a sua fuga para Espanha levaram a que o Conselho da Revolução suspendesse a atividade do partido. Ao CDS, o Conselho da Revolução conferiu um prazo de 5 dias para refazer as suas listas<sup>14</sup> (Paris et al, 2019, 24). Como tal, nas palavras de Diogo Freitas do Amaral “tivemos de tomar uma decisão drástica (...) decidimos que, custasse o que custasse, o CDS havia de apresentar listas completas em todos os distritos, mesmo que fosse preciso ir buscar nomes à Mitra! (...) funcionários do Caldas, motoristas e seguranças, caseiros e rendeiros (...) Tudo foi candidato pelo CDS(...)” (1995, 351-352). A dificuldade do CDS em refazer as listas num período tão curto de tempo terá sido agravada, não só pelas suas debilidades organizativas, mas também devido ao clima de hostilidade que se vivia contra o partido desde o 11 de Março (Paris et al, 2019, 24). Sinal de que estes 41,9% de candidatos próximos das classes trabalhadoras não correspondiam verdadeiramente às primeiras preferências do partido é o facto de o CDS ter os relegado para lugares não elegíveis. Com efeito, entre os eleitos estas profissões representavam 0% do total<sup>15</sup>.

Finalmente, o PS apresenta apenas 16% de candidatos com profissões que não exigem qualquer nível de estudos - valor que se mantém praticamente constante entre os eleitos (19,2%), rondando os 52% os candidatos e eleitos socialistas com profissões com formação superior. Embora fosse marcadamente marxista, o PS tinha uma base ideológica bastante mais alargada do que o PCP e o seu discurso não era particularmente coerente ou uniforme, sobressaindo a defesa clara do “socialismo

---

<sup>14</sup> O PDC foi proibido de concorrer às eleições por um decreto de 17 de Março de 1975, mas só a 21 de Março é publicado o decreto que permitiu ao CDS manter a candidatura sozinho, em resposta a uma solicitação efetuada por Freitas do Amaral.

<sup>15</sup> Gaspar e Vitorino (1976) apresentam uma explicação alternativa, argumentando que a forte presença de trabalhadores não qualificados nas listas do CDS se deveu a uma vontade deste partido de aproximar a composição socioeconómica das suas listas aquela dos partidos de esquerda (Gaspar e Vitorino, 1976). Nas palavras dos autores, “a lista do CDS, formada após a impossibilidade eleitoral da União do Centro e Democracia Cristã (UCDC), pretende demarcar-se da primeira através de uma base socioprofissional menos elitista” (Gaspar e Vitorino, 1976, 250).

democrático” por oposição ao “socialismo totalitário” praticado pelo PCP (Lisi e Freire, 2015, 51). Estas características refletiam-se, por exemplo, na dificuldade que o PS tinha em penetrar nos meios sindicais e laborais (Matos, 2010). Tinha assim uma base de apoio maioritariamente de classe média (Mateus e Ramalho, 2013) e ao nível da liderança era essencialmente um partido de notáveis (Pimlott, 1977).

#### **4.2 A ausência (relativa) de mulheres**

A Lei Eleitoral aprovada em 1974<sup>16</sup> vem trazer o alargamento do universo de eleitores, suprimindo todas as restrições existentes na legislação do regime autoritário relativas ao voto das mulheres. Igualmente e ainda antes das eleições para a Assembleia Constituinte, foi aprovada legislação que abriu o acesso das mulheres a todos os cargos judiciais ou do Ministério Público e aos quadros dos funcionários de justiça<sup>17</sup>, à carreira diplomática<sup>18</sup> e à magistratura<sup>19</sup>. O processo de transição democrática, desde o seu início, traduziu-se numa verdadeira revolução sexual e em legislação que garantia a igualdade de direitos entre mulheres e homens (Almeida, 2009). Apesar disso, havia, entre os candidatos à Assembleia Constituinte, uma acentuada sub-representação feminina, visto que apenas 15,4% dos candidatos eram mulheres (Tabela 2). A desproporcionalidade é maior quando são considerados apenas os cabeças de lista e os eleitos, descendo a percentagem de mulheres para menos de metade (5,4% e 6,8%<sup>20</sup>, respetivamente), como já tinha sido identificado (Freire, 1998; 2001).

(Tabela 2)

Para além disso, verifica-se com alguma surpresa que as eleições de 1975 não marcaram uma viragem face às últimas eleições do regime autoritário, no que à eleição de mulheres diz respeito. Ao longo das 11 legislaturas que durou o Estado Novo, entre 1935 até 1974, num total de 651 deputados apenas 22 eram mulheres, o que corresponde a uma representação média de 3,4% (Castilho, 2007, 144). A

---

<sup>16</sup> Abolição de todas as restrições baseadas no sexo quanto à capacidade eleitoral dos cidadãos - DL n° 621-A/74, de 15 de Novembro.

<sup>17</sup> DL n° 251/74, de 12 de Junho.

<sup>18</sup> DL n° 308/74, de 6 de Julho.

<sup>19</sup> DL n° 492/74, de 27 de Setembro.

<sup>20</sup> Outras mulheres assumiram mandatos na Constituinte mas por substituição.

representação relativa de mulheres na AN oscilou entre 1,7% dos lugares nas IV, V, VI e VII legislaturas e 6% na XI. “Uma das primeiras medidas legislativas de Marcello Caetano foi a universalização do voto a todos os cidadãos portugueses, maiores ou emancipados, que soubessem ler e escrever português” (Castilho, 2007, 145). Essa abertura refletiu-se na última legislatura do seu consulado (1973-1974). Assim, face à última legislatura do Estado Novo (6% de deputadas), não é evidente um aumento significativo de mandatos de mulheres na AR resultante das eleições de 1975.

Comparativamente com as eleições democráticas posteriores, e novamente com alguma surpresa, constata-se que foi preciso aguardar até às legislativas de 1987 para voltar a observar um valor idêntico de mulheres eleitas (7,6%), pois, nas eleições legislativas que decorreram entre 1976 e 1987, a taxa de feminização da AR foi sempre inferior<sup>21</sup>. Relativamente aos candidatos o resultado é parecido; as taxas de feminização das listas dos principais partidos mantiveram-se entre os 10% e os 13,5% até 1991, tendo os 16% sido superados apenas nas eleições de 1995 (Viegas e Faria, 1999; 65).

Em termos globais é inegável que o crescimento da presença de mulheres nos órgãos de poder político em Portugal tem sido lento. Na década de 90, registou-se um aumento de 10%, seguida de uma fase de desaceleração no crescimento, que seria apenas retomado nas eleições de 2009 – as que se seguiram à adoção da Lei da Paridade (em 2006) (Costa, 2017, 275). O comprometimento dos partidos para com a igualdade de género no poder político tem sido tendencialmente reduzido em Portugal – como se constata por exemplo pelo facto de quase todos os partidos se limitarem a cumprir os mínimos exigidos pela Lei da Paridade (Espírito-Santo, 2018, 238; Verge e Espírito-Santo, 2016, 427), embora as recentes eleições de 2019 deem sinais de mudança. Paralelamente, as questões de género têm, ainda hoje, pouca saliência entre os cidadãos portugueses (Baum e Espírito-Santo, 2012).

### *Análise dos partidos*

A ideologia partidária tem sido apontada como fator de variação da presença de mulheres em lugares de poder, nomeadamente nas assembleias legislativas. Nos termos colocados por Inglehart e Norris (2003), a causa da igualdade entre homens e mulheres é mais cara à esquerda do que à direita, estando por conseguinte os

---

<sup>21</sup> Ver, por exemplo, os dados da Pordata: <https://bit.ly/39k2P82> (consultado a 28 de Dezembro de 2019).

partidos de esquerda normalmente mais associados à eleição de mulheres do que os de direita (Caul, 1999; Lovenduski e Norris, 1993). Essa tendência vem a verificar-se de uma forma muito evidente em todas as eleições legislativas portuguesas que decorreram entre 1976 e 2005<sup>22</sup> (Baum e Espírito-Santo, 2012, 327), mas em 1975 não era essa ainda a realidade. Ao contrário do que vem a suceder nas décadas seguintes (Viegas e Faria, 2001, 71), em 1975 o PCP ainda não se destacava dos outros partidos em termos de percentagem de mulheres candidatas, rondando como quase todos os outros os 10-15% de candidatos do sexo feminino (14,6%) – ver Tabela 2. Como já tinha sido salientado por Fonseca (1975, 38), os únicos dois partidos que se destacam são a FEC-ML (com 26% de candidatos do sexo feminino) e a LCI (com 26,9% de candidatos do sexo feminino), ambos marxistas leninistas. Os restantes partidos à esquerda – o MDP, PS, UDP, MES, FSP – têm valores abaixo dos 15%, à exceção do PUP que tem 17%. À direita (PPM, PPD e CDS), embora nenhum partido sobressaia, o valor do CDS (18%) é mais alto do que a maioria dos partidos de esquerda. Entre os eleitos, no entanto, a tendência altera-se tendo os partidos de esquerda (PS e PCP) uma percentagem ligeiramente mais alta de mulheres eleitas do que os de direita (CDS e PPD). O MDP/CDE não elegeu nenhuma mulher.

Quanto aos cabeças de lista (Tabela 2), a maioria dos partidos não coloca mulheres nessa posição. Verifica-se mais uma vez que a expectativa de que a esquerda fosse mais inclusiva a candidatos do sexo feminino não se verifica, embora o PUP tenha apresentado a maior percentagem de mulheres cabeças de lista, com 28,6%. O CDS destaca-se com pouco menos de um quinto de mulheres (15,8%). Os restantes partidos com mulheres cabeças de lista (FSP, MDP/CDE e PCP) apresentam percentagens a rondar os 5%. É, ainda, interessante constatar que nenhum dos dois maiores partidos colocou mulheres como cabeças de lista – resultado que se voltou a observar nas eleições legislativas de 1976<sup>23</sup> (Verge e Espírito-Santo, 2016, 426). Embora as percentagens tenham aumentado

---

<sup>22</sup> A Lei da Paridade implementada a partir de 2009 esbateu as diferenças entre os dois principais partidos (Verge e Espírito-Santo, 2016).

<sup>23</sup> O PS voltou a ter 0% de cabeças de lista mulheres nas eleições de 1980 e de 1983. No caso do PSD, como concorreu em coligação, na Aliança Democrática (AD), não foi possível efetuar os cálculos (Verge e Espírito-Santo, 2016, 426).

consideravelmente, os lugares de cabeça de lista em Portugal são, até hoje, tendencialmente ocupados por homens (Verge e Espírito-Santo, 2016).

### **4.3 A juventude dos candidatos**

Os homens de meia idade estão sobre representados nos parlamentos de todo o mundo. Na esfera política, os jovens cidadãos têm sido descritos como a maioria excluída, com uma representação legislativa insuficiente (Stockemer e Sundström, 2018, 468). Por oposição, as listas candidatas à Assembleia Constituinte apresentam uma distribuição etária muito jovem, mais jovem do que o país (ver Tabela 3). Enquanto no país o primeiro escalão etário (entre os 21 e os 39 anos) é ocupado por 41,2% da população, nos candidatos à Assembleia Constituinte estes escalões etários representam 67,1% do total. Pelo contrário, enquanto o último escalão etário (50 ou mais anos) corresponde a 39,2% da população, entre os candidatos não chega aos 13%.

(Tabela 3)

O estudo de Teixeira (2009, 613) permite identificar um envelhecimento muito evidente dos candidatos portugueses nas últimas décadas, apesar de os escalões etários da autora não serem totalmente idênticos aos aqui apresentados. Entre 1991 e 2002, o escalão etário que concentra uma percentagem maior de candidatos (aproximando-se dos 50%) é o dos 36 aos 49 anos. Os candidatos mais velhos (50 ou mais anos) também são muito frequentes, em particular em lugares elegíveis (por exemplo, constituíam 45% em 2002). Por oposição, o escalão mais jovem (que abrange os que têm 35 anos ou menos) corresponde à menor proporção, sobretudo entre os candidatos elegíveis (por exemplo, eram 12% em 2002). Esta tendência para colocar os mais velhos em posições elegíveis já se observava em 1975. Com efeito, já na altura, comparativamente com a totalidade dos candidatos (com uma média etária de 35,9), os eleitos e os cabeças de lista (com destaque para os primeiros) apresentavam uma estrutura mais envelhecida (41,9 e 37,6, respetivamente). Apesar de mais envelhecidos face aos candidatos, os deputados portugueses eram mais jovens do que os eleitos nas eleições de 1977 em Espanha, as primeiras após a ditadura de Franco, cuja média era de 44 anos (Linz, 2008, 830).



A tendência para o envelhecimento dos deputados portugueses, seguindo o padrão da Europa Ocidental, já foi identificada em vários estudos anteriores (Freire, 2001; Leston-Bandeira e Freire, 2003, 67). Este envelhecimento está relacionado com o processo de amadurecimento do sistema político, com uma maior especialização profissional dos deputados mas também um crescente fechamento do sistema político (Leston-Bandeira e Freire, 2003, 67).

Se, relativamente ao sexo, não se observou uma marcada viragem face à fase final do regime autoritário, o mesmo não se pode dizer em relação à idade. Efetivamente, os eleitos à Assembleia Constituinte são muito mais jovens do que os eleitos à AN. Embora a idade média dos eleitos fosse de 45 anos na I Legislatura do Estado Novo, esse número foi aumentando, ainda que de forma não gradual, sendo na última legislatura (XI) de 51 anos (Castilho, 2007, 310).

#### *Análise dos partidos*

Numa análise partido a partido, observa-se uma divisão entre os que conseguiram eleger deputados e os que não conseguiram, havendo uma diferença média de quase 10 anos entre os dois grupos: os que elegeram apresentam uma média etária de cerca de 39 anos, enquanto para os que não elegeram a média é de 29 anos. Entre os primeiros, as médias etárias dos diferentes partidos são muito semelhantes para os candidatos (entre os 38,4 e os 40,1 anos). Todos eles revelam um envelhecimento ligeiro dos eleitos em relação aos candidatos, à exceção do MDP/CDE onde é acentuado: passa de uma média de 38,8 anos entre os candidatos para 45,4 anos entre os eleitos. O PS, para o qual não há dados relativos aos candidatos, tem um grupo parlamentar também relativamente envelhecido (42,3 anos). Estudos relativos a eleições democráticas posteriores (1991-2002) vêm a notar que o PS e o PCP são as forças políticas que apresentam uma estrutura etária mais envelhecida na composição das suas listas (Teixeira, 2009, 617). Esta tendência do PCP era, em 1975, apenas ligeiramente notória.

Relativamente aos partidos que não elegeram deputados, destacam-se o LCI, o PUP e o FEC com médias etárias dos candidatos abaixo dos 30 anos.

#### **4.4 Os opositores ao Estado Novo**

Uma última característica pessoal dos candidatos à Assembleia Constituinte considerada neste capítulo é se integraram as listas de candidatos oposicionistas a

deputados nas eleições para a AN entre 1945 e 1973. No total ocorreram durante esse período oito eleições legislativas, sendo as de 1969 – as primeiras do período marcelista – as que, de longe, contaram com o maior número de candidatos oposicionistas, ilustrando a esperança de que havia uma evolução do regime para formas constitucionais democráticas (Matos e Lemos, 2009, 37, 45)<sup>24</sup>. É importante ressaltar que a integração de listas oposicionistas à AN era apenas uma de muitas formas de luta contra o regime – da militância clandestina, à impressão de jornais, à escrita de livros e canções, à participação em campanhas para eleições presidenciais, entre outros, muitos (a maioria certamente) foram aqueles que se opuseram a Salazar e Caetano, sem se terem candidatado à AN. A decisão de, apesar disso, nos centrarmos nesta informação deve-se ao facto de ser de fácil acesso e uma das mais fiáveis. Tendo presente que a oposição ao Estado Novo esteve longe de se limitar à participação em listas oposicionistas é iniludível a baixa percentagem de candidatos às eleições de 1975 que tinham também sido candidatos oposicionistas à AN – apenas 4,5%. Número que mais do que duplica entre os cabeças de listas (11,9%) e entre os eleitos (13,2%), indicando mais uma vez uma certa elitização destes candidatos face aos restantes. Integrar listas oposicionistas à AN sugere um certo nível de organização e meios, bem como possivelmente experiência política e, em alguns casos, alguma notoriedade por parte da população portuguesa não alcançáveis por todos – em particular num contexto em que a apresentação de listas era dificultada, e negativamente rotulada, pelo regime.

(Tabela 4)

### *Análise dos partidos*

Há três partidos que se destacam como apresentando maiores percentagens de candidatos que foram também candidatos oposicionistas: o PS, com 16,6%, o MDP/CDE com 11,8%, e o PCP, com 6,9%. Quando, pelo contrário, nos centramos nos eleitos, apenas os dois primeiros partidos sobressaem, o MDP/CDE com 44% e o PS com 21,9%. No grupo parlamentar de 1975 do PCP, os candidatos em listas da

---

<sup>24</sup> Até 1945 realizaram-se três eleições para a AN (em 1934, 1938 e 1942) sem que houvesse condições para que surgissem candidatos oposicionistas. No entanto, a partir de 1945, para afastar “dúvidas” a nível internacional quanto ao carácter “democrático” do regime, passou a ser permitida alguma concorrência eleitoral, embora com muitos entraves por parte do regime (Matos e Lemos, 2009, 19).

oposição durante o Estado Novo têm um peso reduzido (2,3%). No caso do MDP/CDE, este resultado era claramente expectável, tendo em conta que se tratava de um partido fundado especificamente com o propósito de apresentar uma lista de oposição a Marcello Caetano nas eleições de 1969. A alta percentagem de oposicionistas entre os eleitos sugere que os candidatos mais bem colocados nas listas de 1975 fossem aqueles que já estavam presentes na fundação do partido, como partido de oposição ao regime, o que vai ao encontro do resultado reportado antes; o envelhecimento relativo dos eleitos por este partido.

No caso do PS, as percentagens observadas eram também previsíveis, porque embora sendo um partido de elite, uma parte significativa da sua cúpula dirigente e fundadora tinha cumprido penas de prisão política ou estavam no exílio. Para além disso, a Ação Socialista Portuguesa (grupo político liderado por Soares) apoiou a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD) que disputou as eleições legislativas de 1969 e vários candidatos da CEUD vieram também a integrar as listas partidárias do PS às eleições para a Assembleia Constituinte (como Mário Soares, Jaime Gama, Salgado Zenha, etc.). Quanto ao PCP, será possivelmente surpreendente que tenha relativamente poucos candidatos nesta condição. Uma possível leitura deste resultado prende-se com os riscos associados às candidaturas sobretudo para comunistas, visto que o regime usava as campanhas eleitorais para identificar novos membros da oposição (Ferreira, 2006, 198).

Dos restantes partidos, encontramos ainda, no campo da esquerda, o MES com 2,4% de candidatos nesta condição e a LCI, com 0,8%. À direita, todos os partidos apresentam candidatos opositores ao Estado Novo, embora em baixas proporções – o PPM com 2,9%, o PPD com 2% e o CDS com 1,2%. No caso do PPM, era de esperar alguma presença de candidatos da oposição ao Estado Novo, considerando que na origem do partido esteve a Convergência Monárquica, um movimento de oposição ao regime. No caso do PPD e CDS podemos encontrar a explicação para esta presença de candidatos oposicionistas na capacidade que ambos os partidos tiveram de atrair, ou até de ter presentes na sua fundação, alguns elementos liberais ou católicos-progressistas, que integraram listas da oposição ao Estado Novo (Mateus e Ramalho, 2013).

## **5. Notas finais**

Este capítulo visou alcançar dois objetivos. Por um lado, procurou caracterizar os candidatos à Assembleia Constituinte em geral, comparando-os com os cabeças de lista e eleitos. Por outro lado, visou perceber diferenças no perfil de candidatos e dos eleitos entre os vários partidos. Quando apropriado, foram feitos confrontos com a população em geral, com os candidatos e eleitos em eleições democráticas subsequentes e com os deputados eleitos para a AN.

Relativamente à caracterização do perfil de candidatos, confirma-se a expectativa de existência de alguma diversidade entre eles, sobretudo em relação às profissões e nível de escolaridade, mas também alguma relativamente ao sexo e à idade. Excluindo os “outros”, os candidatos às eleições de 1975 estavam quase equitativamente divididos em três grupos referentes ao nível de estudos requeridos para aceder às profissões: cerca de um terço tinha uma profissão que não requeria “nenhum” nível de escolaridade, um pouco menos de um terço um nível “intermédio” de escolaridade e, aproximadamente, um terço detinha profissões que exigiam um nível “superior” de escolaridade. Estes valores são marcadamente diferentes dos que se vêm a observar para os candidatos às eleições democráticas subsequentes, onde passa a haver uma grande homogeneização em torno de níveis superiores de educação, passando os trabalhadores a ser residuais (Teixeira, 2009). Apesar disso, e tal como se tinha previsto, já em 1975, a maioria dos partidos (com a exceção de alguns partidos de esquerda que serão referidos em baixo) relega os candidatos com níveis de escolaridade mais baixos para lugares não elegíveis. Por outras palavras, em geral, os eleitos à Assembleia Constituinte são bastante menos diversificados no que respeita à profissão/nível de escolaridade do que os candidatos.

Apesar de 15,4% de mulheres candidatas em 1975 corresponder a uma clara sub-representação do sexo feminino (eram 52,6% de acordo com os Censos de 1970), as percentagens ainda mais reduzidas observadas nas eleições democráticas seguintes (Viegas e Faria, 1999; 65), leva-nos a considerar a existência de alguma diversidade entre os candidatos para a Constituinte. Entre os eleitos, a homogeneidade em torno do sexo masculino era bastante mais considerável (92,3%).

A idade dos candidatos às eleições de 1975 merece uma atenção especial. Relativamente ao nível de diversidade etária dos candidatos, não haverá grandes diferenças comparativamente com os dias de hoje, mas o padrão mudou abruptamente. Enquanto em 1975 havia uma acentuada sobre-representação dos escalões etários mais jovens, atualmente há uma predominância de candidatos de

meia idade. A preeminência de jovens em 1975 vai ao encontro do tipo de transição democrática Portuguesa, marcada por um importante movimento estudantil de oposição ao regime desde os anos 60 (Accornero, 2013), por uma rutura completa com as elites do regime ditatorial (Costa Pinto, 2010; Raimundo, 2018) e pela existência de oportunidades e mecanismos de inclusão cívica das massas na vida política da nação (Fernandes, 2015), incluindo os mais jovens.

Relativamente ao perfil de candidatos segundo o partido político, os resultados são mistos. Apesar de, em Portugal, as clivagens terem pouco poder explicativo sobre o voto (Freire, 1999; Jalali, 2004) e de, no começo do regime democrático, haver reduzida distinção ideológica entre os partidos (Lisi, 2011, 68), observa-se uma diferenciação na nomeação de trabalhadores como candidatos, em particular cabeças de listas e lugares elegíveis. Em geral, os partidos de esquerda, à exceção do MDP/CDE e do PS – que se revelava já claramente um partido *catch-all* – colocam uma percentagem muito mais alta de trabalhadores nestas posições. Têm aqui destaque a UDP e o PCP, este último com metade do seu grupo parlamentar constituído por trabalhadores, que procurava, também por esta via, assumir-se como um partido de massas representante deste setor da sociedade. O CDS tem igualmente saliência por ter nomeado como candidato um número relativamente alto de trabalhadores, embora nenhum deles em lugar elegível.

A distinção partidária é ainda evidente no que diz respeito à nomeação de candidatos opositoristas durante o Estado Novo. Embora esta tenha sido em geral baixa entre os candidatos (4,5%), assume valores mais expressivos nas listas do MDP/CDE e do PS, especificamente nos lugares elegíveis e grupos parlamentares de ambos os partidos, com destaque para o primeiro.

Quanto ao sexo e à idade, as diferenças partidárias são menos perceptíveis. Embora entre os eleitos haja uma ligeira tendência para os partidos de esquerda (PS e PCP) elegerem mais mulheres; essa tendência é exígua entre a globalidade dos candidatos e mesmo entre os cabeças de lista. Quanto à idade, a distinção mais evidente é entre os partidos que elegeram e os que não elegeram deputados, nomeando os primeiros candidatos claramente mais velhos do que os segundos.

## Referências Bibliográficas

- ACCORNERO, Guya (2013) – “Contentious politics and student dissent in the twilight of the Portuguese dictatorship: analysis of a protest cycle”, *Democratization*, Vol. 20, nº 6, p. 1036-1055.
- ALMEIDA, Maria Antónia (2009) – “Women in Portuguese politics”, *Portuguese Journal of Social Science*, Vol. 8, nº 2, p. 177-189
- AMARAL, Diogo Freitas (1995) – “O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas 1941-1975”, Bertrand Editora: Lisboa, pp. 351-352
- BACALHAU, Mário (1994) – *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993*, Lisboa, FLAD
- BAUM, Michael; ESPÍRITO-SANTO, Ana (2012) – “Portugal’s 2006 Quota/Parity Law: an analysis of the causes for its adoption”. *West European and Politics* 35 (2): 319-342.
- CASTILHO, José (2007) – *A Assembleia Nacional (1934-1974)*, Tese de Doutoramento não publicada, Lisboa, ISCTE-IUL. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1159>
- CAUL, Miki (1999) – “Women’s representation in parliament: The role of political parties,” *Party Politics*, Vol. 5, p. 79–98.
- COSTA, Edna (2017) – “A representação política feminina: explorando os caminhos do poder”, in FERNANDES, Tiago, org., *Variedades de Democracia na Europa do Sul 1968-2016*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais. Disponível em: [http://www.fesh.unl.pt/vdem/Variedades\\_Democracia\\_Europa\\_do\\_Sul\\_Tiago\\_Fernandes.pdf](http://www.fesh.unl.pt/vdem/Variedades_Democracia_Europa_do_Sul_Tiago_Fernandes.pdf)
- COSTA, Filipe (1975) – *Manual do Eleitor, V. Sabe como vai votar?*, Lisboa, Editus.
- DANCYGIER, Rafaela M. (2017) – *Dilemmas of Inclusion: Muslims in European Politics*, New Jersey, Princeton University Press.
- ESPÍRITO-SANTO, Ana (2018) – “From electoral to corporate board quotas: the case of Portugal”, in LEPINARD Eléonore; RUBIO-MARÍN, Ruth ( orgs.), *Transforming Gender Citizenship: The Irresistible Rise of Gender Quotas in Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 216-244.
- ESPÍRITO-SANTO, Ana; SANCHES, Edalina Rodrigues (2018) – “Looking for locals under a closed-list proportional representation system: The case of Portugal” *Electoral Studies*, Vol. 52, p.117-127.
- FERREIRA, Ana Sofia (2006) – “As eleições no Estado Novo: as eleições presidenciais de 1949 e 1958”, *História*, III Série, vol. 7, p. 197-212.
- FERNANDES, Tiago (2015) – “Rethinking pathways to democracy: civil society in Portugal and Spain, 1960s–2000s”, *Democratization*, Vo. 22, nº 6, p. 1074-1104.
- FIELD, Bonnie N.; SIAVELIS, Peter M. (2008) – “Candidate Selection Procedures in Transitional Politics: A Research Note”, *Party Politics*, 14(5), 620–639.
- FIELD, Bonnie N.; SIAVELIS, Peter M. (2011) – “Endogenizing legislative candidate selection procedures in nascent democracies: evidence from Spain and Chile”, *Democratization*, Vol. 18, nº 3, p. 797-822.
- FONSECA, VASCO CORREGEDOR DA (1975) – *ELEIÇÕES PARA A CONSTITUINTE EM PROCESSO REVOLUCIONÁRIO*, LISBOA, EDITORIAL ESTAMPA
- FREIRE, André (1998) – “Lógicas de Recrutamento Parlamentar: os deputados portugueses, 1975-1999”, *Sociologia Problemas e Práticas*, Vol. 28, p. 115-147.
- FREIRE, André (1999) – *Mudança Eleitoral em Portugal*, Lisboa, Celta.
- FREIRE, André, org. (2001) – *Recrutamento Parlamentar: Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*, Lisboa, STAPE/MAI.

FREIRE, André; TEIXEIRA, Conceição Pequito (2011) – “Choosing before Choosing: The Selection of Parliamentary Candidates”, *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, Vol. 2 (Setembro), p. 13–29.

GALLAGHER, Michael; MARSH, Michael (1988) – *Candidate selection in comparative perspective: The secret garden of politics*, London, Sage Publications.

GASPAR, Jorge; VITORINO, Nuno (1976) – *As eleições de 25 de Abril: Geografia e Imagem dos Partidos*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 233-263.

HAZAN, Reuven Y.; RAHAT, Gideon (2006) – “Candidate selection: methods and consequences”, in KATZ, Richard S.; CROTTY, William J., *Handbook of Party Politics*, London, Sage Publications, p. 109-121.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa (2003) – *Rising Tide: gender equality and cultural change around the world*, Cambridge, Cambridge University Press.

JALALI, Carlos (2004) – “As mesmas clivagens de sempre? Velhas clivagens e novos valores no comportamento eleitoral português”, in FREIRE, André, LOBO, Marina Costa; MAGALHÃES, Pedro (orgs.), *Portugal a Votos: as eleições legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, p. 87-124.

JALALI, Carlos (2007) – *Partidos e democracia em Portugal 1974-2005, da revolução ao bipartidarismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

LINZ, Juan (2008) – “Los diputados en la nueva democracia española, 1977-2011: pautas de continuidad y cambio” in MONTERO, José R., org; MILEY, Thomas Jeffrey, org, *Obras escogidas: Partidos y élites políticas en España*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, p. 807-888.

LISI, Marco (2011) – *Os partidos políticos em Portugal. Continuidade e transformação*, Coimbra, Edições Almedina.

LISI, Marco; FREIRE, André (2015) – “Os anos de transição: as eleições para a Assembleia Constituinte”, in LISI, Marco, org, *As Eleições Legislativas no Portugal Democrático (1975-2015)*, Lisboa, Assembleia da República, p. 45-64.

LOVENDUSKI, Joni; NORRIS, Pippa (1993) – *Gender and Party Politics*, London, Sage Publications.

MARQUES, António Henrique de Oliveira (1972) – *History of Portugal: From Empire to Corporate State (Vol. II)*, Nova Iorque, Columbia University Press.

MATEUS, Jorge; RAMALHO, Tiago (2013) – “O Sistema de Partidos em Portugal”, *CIES e-Working Paper N°15/2013*, ISCTE-IUL. Disponível em: [http://cies.iscte-iul.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES\\_WP151\\_Ramalho.pdf](http://cies.iscte-iul.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP151_Ramalho.pdf)

MATOS, José Nuno (2010) – “A Ancoragem Social dos Deputados Portugueses, 1975-2009: Participação Sindical dos Deputados em 35 Anos de Democracia”, *Perspetivas*, Vol. 5, p. 96.121.

MATOS E LEMOS, Mário (2009) – *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973): Um Dicionário*, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República e Texto Editores Lda. Disponível em: [https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos\\_Oposicao.pdf](https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos_Oposicao.pdf)

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2008) – “Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica”, *Etnográfica*, Vol. 12 (1), p. 45-58.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni (1995) – *Political Recruitment: Gender, Race and Class in the British Parliament*, Cambridge, Cambridge University Press.

PARIS, André; MARCHI, Riccardo; RAIMUNDO, Filipa (2019) – *Breve História do CDS-Partido Popular*, Lisboa, Edição do jornal Público.

PIMLOTT, Ben (1977) – “Parties and Voters in the Portuguese Revolution: The Elections of 1975 and 1976”, *Parliamentary Affairs*, Vol. 30, nº 1, p. 35-58.

RAIMUNDO, Filipa (2018) – *Ditadura e Democracia: Legados da Memória*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

STOCKEMER, Daniel; SUNDSTRÖM, Aksel (2018) – “Age representation in parliaments: Can institutions pave the way for the young?”, *European Political Science Review*, 10:3, 467–490

PINTO, António Costa (2010) – “The Authoritarian Past and South European Democracies: An Introduction”, *South European Society and Politics*, 15(3):339-358

SANCHES, Edalina Rodrigues; ESPÍRITO-SANTO, Ana (2016), – “Cabeças de lista às eleições legislativas portuguesas: laços locais ou visibilidade nacional?”, *Análise Social*, Vol. 220, li (3.º). Disponível em:  
<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n220/n220a06.pdf>

TAVARES DE ALMEIDA, Pedro (2010) - “Elections in Portugal”, in NOHLEN, Dieter, org; STOVER, Philip org, *Elections in Europe: A Data Handbook*, Baden-Baden, Nomos Editors, p. 1525-1577

TEIXEIRA, Maria Conceição Pequito (2009) – *O Povo Semi-Soberano. Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar em Portugal (1990-2003)*, Lisboa, Almedina

TELO, António José (2007) – *História Contemporânea de Portugal – Do 25 de Abril à Actualidade*, Vol. I, Lisboa, Editora Presença.

VERGE, Tânia; ESPÍRITO-SANTO, Ana (2016) – "Interactions between Party and Legislative Quotas: Candidate Selection and Quota Compliance in Portugal and Spain", *Government and Opposition*, 51 (3), p. 416-439.

VIEGAS, José Manuel Leite; FARIA, Sérgio (1999) – “Participação política feminina. Percursos, constrangimentos e incentivos.”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 30, pp. 55-87.



**Tabela 1 – Percentagem de candidatos à Constituinte por nível de estudos requerido pelas profissões**

	Nenhum			Intermédios			Superiores			Outros			N	
<i>Censos 1970</i>	62,3			17,4			17,4			2,9				
	Candidatos	Cabeças de Lista	Eleitos	Candidatos	Cabeças de Lista	Eleitos	Candidatos	Cabeças de Lista	Eleitos	Candidatos	Cabeças de Lista	Eleitos	Candidatos	Eleitos
<b>PCP</b>	41,7	40,9	47,7	21,5	18,2	27,3	21,9	27,3	11,4	14	13,6	13,6	247	30
<b>CDS</b>	41,9	10	0	13,7	0	10,5	25,3	75	68,4	19,1	15	21	245	16
<b>PPD</b>	13,4	0	13,1	17,2	4,5	12,1	53,6	81,8	62,6	15,9	13,6	12,1	247	81
<b>MDP/CDE</b>	17,7	9,1	0	19,3	9,1	11,1	44,9	81,8	77,8	18,1	0	11,1	245	5
<b>PS</b>	16,3	4,5	19,2	21,5	4,5	17,9	52	81,8	52,3	10,1	9,1	10,6	247	116
<b>UDP</b>	58,5	70	33,3	21,3	10	0	7,3	10	33,3	12,8	10	33,3	164	1
<b>PPM</b>	15,7	9,1	---	25,9	18,2	---	35,5	72,7	---	22,9	0	---	174	0
<b>MES</b>	32,2	20	---	26,4	20	---	28,9	53,3	---	12,5	6,7	---	208	0
<b>FEC</b>	53,1	33,3	---	17,2	0	---	13	33,3	---	16,7	33,3	---	192	0
<b>PUP</b>	54,6	57,1	---	15,5	28,6	---	14,4	14,3	---	15,5	0	---	100	0
<b>FSP</b>	24,8	26,7	---	36,2	46,7	---	13,8	6,7	---	24,2	20	---	210	0
<b>LCI</b>	35,6	50	---	20,3	0	---	17	25	---	27,1	25	---	119	0
<b>Total %</b>	31,9	21,4	15,2	21,4	12,6	12,6	29,5	54,4	56,7	17,2	11,5	14,6	---	---
<b>N</b>	757	36	37	508	21	31	699	91	140	407	19	36	2398	249

Fonte de todas as tabelas: Dados originais calculados pelos autores. Censos 1970: Instituto Nacional de Estatística.

**Tabela 2: Percentagem de candidatos à Constituinte por sexo**

	Masculino			Feminino		
<i>Censos 1970</i>	47,4			52,6		
	Candidatos	Cabeças de Lista	Eleitos	Candidatos	Cabeças de Lista	Eleitos
<b>PCP</b>	85,4	95,5	90,9	14,6	4,5	9,1
<b>CDS</b>	82	84,2	93,7	18	15,8	6,3
<b>PPD</b>	88,3	100	96	11,7	0	4
<b>MDP/CDE</b>	86,5	95,5	100	13,5	4,5	0
<b>PS</b>	87,9	100	90,1	12,2	0	9,9
<b>UDP</b>	85,4	100	100	14,6	0	0
<b>PPM</b>	85,6	100	---	14,4	0	---
<b>MES</b>	85,6	100	---	14,4	0	---
<b>FEC</b>	74	83,3	---	26	16,7	---
<b>PUP</b>	83	71,4	---	17	28,6	---
<b>FSP</b>	90,5	93,3	---	9,5	6,7	---
<b>LCI</b>	73,1	100	---	26,9	0	---
<b>Total %</b>	84,6	94,6	93,2	15,4	5,4	6,8
<b>N</b>	2028	159	232	368	9	17

Nota: Consultar o número de candidatos e eleitos por partido na Tabela 1.

**Tabela 3 – Percentagem e média de idades de candidatos à Constituinte**

	≤39			40-49			≥50			Média		
Censos 1970	41,2			19,6			39,2					
	Candidatos	Cabeça de Lista	Eleitos	Candidatos	Cabeça de Lista	Eleitos	Candidatos	Cabeça de Lista	Eleitos	Candidatos	Cabeça de Lista	Eleitos
PCP	54,2	18,2	45,5	25,1	36,4	31,8	20,7	45,5	22,7	40,1	47,9	41,7
CDS	54	40	47,3	31,6	40	26,3	14,3	20	26,3	38,4	41,2	39,5
PPD	55,6	47,3	54,2	33,5	42,1	29,2	10,8	10,5	16,7	38,8	38,7	40,4
MDP/CDE	57,7	58,8	25	23,9	17,6	37,5	18,3	23,5	37,5	38,8	36,75	45,4
PS	---	47,4	52,2	---	10,5	21,2	---	42,1	26,5	---	44,9	42,3
UDP	---		---	---		---	---		---	---	---	---
PPM	---		---	---		---	---		---	---	---	---
MES	91,9	92,3	---	5,3	0	---	2,9	7,7	---	30	31,8	---
FEC	91	90	---	6,3	10	---	2,8	0	---	28,3	25,7	---
PUP	91	100	---	8,9	0	---	0	0	---	27,1	24	---
FSP	79,4	50	---	17,6	50	---	2,9	0	---	32,3	37	---
LCI	95,1	100	---	4,9	0	---	0	0	---	26,3	25,7	---
Total %	67,1	58,4	48,3	20,6	23,8	29,4	12,3	17,8	22,4	35,9	37,6	41,9
N	965	59	50	286	24	35	157	18	27			

Nota: Consultar o número de candidatos e eleitos por partido na Tabela 1.

**Tabela 4 - Percentagem de candidatos à Constituinte que integraram as listas oposicionistas às eleições para a Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973)**

	Não			Sim		
	Candidatos	Cabeças de Lista	Eleitos	Candidatos	Cabeças de Lista	Eleitos
<b>PCP</b>	93,1	100	97,7	6,9	0	2,3
<b>CDS</b>	98,8	100	94,7	1,2	0	5,3
<b>PPD</b>	98	100	96	2	0	4
<b>MDP/CDE</b>	88,2	75	55,6	11,8	25	44,4
<b>PS</b>	83,4	50	78,1	16,6	50	21,9
<b>UDP</b>	100	100	100	0	0	0
<b>PPM</b>	97,1	80	---	2,9	20	---
<b>MES</b>	97,6	78,6	---	2,4	21,4	---
<b>FEC</b>	99	100	---	1	0	---
<b>PUP</b>	100	100	---	0	0	---
<b>FSP</b>	100	100	---	0	0	---
<b>LCI</b>	99,2	100	---	0,8	0	---
<b>Total %</b>	95,5	88,1	86,8	4,5	11,9	13,2
<b>N</b>	2290	148	216	108	20	33

Nota: Consultar o número de candidatos e eleitos por partido na Tabela 1.

